



## **PROPOSTA DE ALTERAÇÃO AOS ESTATUTOS**

**Samuel Monteiro**  
Militante nº 26572



Se em 2019 era impensável em menos de três anos ser o CHEGA! a terceira força política nacional, inimaginável na época seria de em apenas quatro anos almejar ser governo em Portugal já no próximo dia 10 de Março. Este feito apenas pôde ser alcançado com a visão política do nosso Pres. André Ventura, pelas constantes batalhas travadas pelos nossos deputados na Assembleia da República e pela inigualável resiliência de todos os Militantes.

Os Estatutos que hoje vigoram, refletem a vontade de criar este grande partido, no entanto já não se adequam ao crescimento exponencial e muito menos nos preparam para os novos desafios de concorrer lado a lado com os partidos do sistema e governar Portugal, pelo que a manutenção dos estatutos originais de 2019 não é mais uma opção.

Em vários congressos e convenções foi-se tentando fazer aprovar alterações estatutárias, as quais infelizmente foram sucessivamente reprovadas pelo Tribunal Constitucional, numa clara ação de perseguição e ataque político, pela ameaça que o CHEGA! representa ao socialismo e à corrupção que nos assola.

É em definitivo uma necessidade que se aprovelem as alterações estatutárias para com responsabilidade colocar o CHEGA!, ao que aos estatutos concerne, no nível da exigência que a atual representatividade política no panorama nacional requer.

Devemos em primeiro blindar estatutariamente o CHEGA! a constantes ataques internos e externos e em segundo efetuar a atualização necessária para que os estatutos reflitam a atual dimensão do CHEGA! e continuem a ser eficazes no futuro com o constante crescimento.

Desta forma, apresenta-se esta Proposta de Alteração aos Estatutos, com uma redação mais atual de vários pontos e artigos, bem como a introdução de novos artigos que permitam colmatar as lacunas que não se poderiam prever aquando da constituição do CHEGA! em 2019.

Pretende-se um CHEGA!, após esta VI Convenção focado apenas e só no combate declarado ao socialismo e em ser o governo que Portugal precisa.

Deixa-se ao critério da Mesa e dos Delegados da VI Convenção Nacional a forma de voto a esta proposta, a qual poderá ser votada ponto a ponto ou em conjunto, sendo que se aprovada, qualquer rejeição de um disposto em sede judicial, por declaração de inconstitucionalidade ou ilegalidade, deverá ter como efeito jurídico a redução do seu conteúdo.

Viva André Ventura!

Viva o CHEGA!

Viva Portugal!

REDAÇÃO ATUAL	PROPOSTA DE NOVA REDAÇÃO
<p style="text-align: center;"><b>Artigo 7.º</b> <b>Membros — Condições de admissão</b></p> <p>4-O exercício de direitos e a vinculação a deveres estão sujeitos à atualização de dados pelo militante, que o deverá fazer sempre que as circunstâncias assim o exijam.</p> <p>5-Todos os dados pessoais serão escrupulosamente protegidos, sendo o seu tratamento e utilização feitos no cumprimento estrito das normas constitucionais, legais e comunitárias atualmente em vigor</p>	<p style="text-align: center;"><b>Artigo 7.º</b> <b>Membros — Condições de admissão</b></p> <p>4-Cabe ao militante assegurar-se da manutenção e atualização dos seus dados pessoais.</p> <p>5-Todos os dados pessoais serão escrupulosamente protegidos, sendo o seu tratamento e utilização feitos no cumprimento estrito lei, sem prejuízo da autorização expressa, no momento da adesão ao Partido, para uso interno dos seus dados de contacto, os quais podem ser utilizados por qualquer órgão eleito para os fins tidos por convenientes.</p> <p><b>(novo)</b></p> <p>6 - A inscrição do militante no Partido cessa por simples comunicação através de email para quotas@partidochega.pt, usando o email com que se inscreveu no Partido, ou por carta com pedido expresso com data e assinatura de acordo com o Documento de Identificação.</p> <p>7 - Cessa ainda a inscrição no Partido quando o militante seja condenado com a sanção de expulsão em sede de processo disciplinar, ou por qualquer outra causa prevista na lei.</p> <p>8 - Cessando a inscrição por qualquer motivo, o militante não poderá ser novamente admitido como militante antes de completado um período mínimo de 3 anos após a cessação da sua inscrição.</p> <p>9 - Os militantes residentes em Concelhos onde não esteja criada Secção Concelhia serão inscritos temporariamente na Secção Concelhia de Concelho limítrofe à sua escolha, ou do mais próximo, até à criação da Secção Concelhia em causa, não ficando a sua transferência para a Secção Concelhia de residência, quando criada, sujeita ao requisito temporal estabelecido no número 3 do presente artigo.</p>
<p style="text-align: center;"><b>Artigo 8.º</b> <b>Direitos dos militantes</b></p> <p>São direitos dos militantes do Partido CHEGA:</p> <p>c) Terem a capacidade eletiva para eleger (ou ser eleito) os (para os) órgãos do Partido “CHEGA”;</p>	<p style="text-align: center;"><b>Artigo 8.º</b> <b>Direitos dos militantes</b></p> <p>São direitos dos militantes do Partido CHEGA:</p> <p>c) Eleger, sem direito a delegação de voto, e ser eleito para os órgãos do Partido “CHEGA”;</p>

### **Artigo 9.º** **Deveres dos militantes**

São deveres dos militantes do Partido “CHEGA”:

(novo)

i) Respeitar todos os militantes e em particular todos os militantes eleitos para funções nos órgãos do Partido, contribuindo para promover um clima de urbanidade e civilidade em todas as estruturas;

j) O dever de zelo que consiste em fazer uso diligente e competente das normas regulamentares e instruções dos Órgãos e estruturas do Partido e exercer as funções atribuídas de acordo com os objetivos estabelecidos;

k) O dever de correção que consiste no tratamento correto entre militantes no respeito pela dignidade de todos e de cada um; para com os Órgãos e estruturas do Partido; com os cidadãos, a Comunidade e os Órgãos e Instituições da mesma Comunidade, bem como ser respeitoso e digno na linguagem verbal e escrita, em privado e em público com especial cuidado nos novos meios de comunicação comunitária;

l) O dever de Assiduidade que consiste em militar participando ativamente no trabalho e atividades da sua Secção Concelhia e restantes Órgãos e estruturas do Partido;

m) O dever de Sigilo que consiste em guardar segredo sobre factos e matérias de que tenha conhecimento, ou a necessidade de conhecer em virtude das funções desempenhadas, e que não devam ser revelados para além daqueles que tenham essa necessidade de conhecer.

n) São deveres especiais de todos os eleitos pelo Partido CHEGA ou nomeados para cargo político com autorização da Direção Nacional, os de conformarem toda a sua atividade política com as posições políticas do Partido.

### **Artigo 10.º** **Sanções aplicáveis pela violação dos deveres de militância**

3 - É suspensa a inscrição no Partido dos militantes que deixem de satisfazer o pagamento das quotas por período superior a três anos.

### **Artigo 10.º** **Sanções aplicáveis pela violação dos deveres de militância**

3 - É suspensa a inscrição no Partido dos militantes que deixem de satisfazer o pagamento das quotas por período superior a dois anos.

**Artigo 11.º**  
**Órgãos Nacionais do Partido**

São Órgãos da Estrutura do Partido “CHEGA”:

- a) A Convenção Nacional;
- b) O Conselho Nacional;
- c) A Direção Nacional;
- d) O Conselho de Jurisdição Nacional;
- e) O Conselho de Auditoria e Controlo Financeiro

**Artigo 13.º**  
**Quórum**

2 - Os órgãos do partido poderão deliberar trinta minutos após a hora fixada para o início dos trabalhos, desde que presentes 1/5 dos seus membros

**Artigo 15.º**  
**Convenção Nacional — Composição**

2 - A Convenção Nacional elegerá uma Mesa, que será constituída por um presidente, dois vice-presidentes e dois secretários, para a prossecução das finalidades estatutariamente definidas

3 - Compete à Mesa dirigir os trabalhos da Convenção Nacional

**Artigo 16.º**  
**Convenção Nacional — Competências**

1 - A Convenção Nacional constitui-se como o órgão supremo do CHEGA, sendo suas as seguintes competências:

- b) Aprovar e modificar o Programa e os Estatutos do Partido;
- e) Eleger a Mesa da Convenção Nacional, a

(novo)

5 - A aplicação de qualquer sanção disciplinar carece de processo disciplinar previsto no Regulamento Disciplinar a aprovar pela Convenção Nacional ou pelo Conselho Nacional, em qualquer caso sob proposta da Direção Nacional.

**Artigo 11.º**  
**Órgãos Nacionais do Partido**

São Órgãos Nacionais do Partido “CHEGA”:

- a) A Convenção Nacional;
- b) O Conselho Nacional;
- c) A Direção Nacional;
- d) O Conselho de Jurisdição Nacional;
- e) O Conselho de Auditoria e Controlo Financeiro;

(novo)

- f) A Mesa da Convenção e do Conselho Nacional;
- g) O Secretário-Geral e o Secretário-Geral Adjunto;
- h) A Comissão Política Nacional.

**Artigo 13.º**  
**Quórum**

2 - Os órgãos do partido poderão deliberar trinta minutos após a hora fixada para o início dos trabalhos, desde que presentes 1/3 dos seus membros.

**Artigo 15.º**  
**Convenção Nacional — Composição**

2 – Compete à Mesa da Convenção e do Conselho Nacional a direção dos trabalhos da Convenção Nacional.

3 – (Revogado)

**Artigo 16.º**  
**Convenção Nacional — Competências**

1 - A Convenção Nacional constitui-se como o órgão supremo do CHEGA, sendo suas as seguintes competências:

- b) Aprovar e modificar o Programa, os Estatutos e os Regulamentos do Partido;
- e) Eleger os Órgãos Nacionais do Partido;

Direção Nacional, o Conselho de Jurisdição Nacional, e o Conselho de Auditoria e Controle Financeiro.

f) Aprovar, por proposta da Direção Política Nacional, o Regulamento Eleitoral e suas alterações.

3 — A Convenção Nacional pode, em reunião ordinária, exercer as competências previstas nos Estatutos, e acordo com uma ordem de trabalhos previamente fixada e obrigatoriamente comunicada a todos os participantes.

#### **Artigo 17.º**

##### **Mesa da Convenção e do Conselho Nacional**

1 - A Mesa da Convenção Nacional é composta pelo Presidente, dois Vice-Presidentes e dois Secretários, eleitos em cada sessão ordinária.

2 - Compete à Mesa a Direção dos trabalhos a desenvolver pela Convenção Nacional.

#### **Artigo 18.º**

##### **Conselho Nacional**

2 - São competências específicas do Conselho Nacional:

f) Ratificar quaisquer atos do Partido;

(novo)

g) Deliberar sobre quaisquer matérias, ainda que igualmente da competência do Conselho Nacional.

3 - A Convenção Nacional exerce as competências previstas nos Estatutos, de acordo com uma ordem de trabalhos previamente fixada e obrigatoriamente comunicada a todos os participantes por publicação no sítio do Partido.

(novo)

5 - Sem prejuízo do disposto na alínea d) do número 1 do presente artigo, em caso de vacatura de algum membro de um órgão nacional, pode esta ser suprida por eleição em Conselho Nacional, órgão máximo entre Convenções Nacionais, sob proposta da Direção Nacional.

6 - Em qualquer circunstância, o mandato dos órgãos nacionais acompanha o mandato da Direção Nacional, iniciando-se e terminando no início e no termo, por qualquer motivo, do mandato daquela.

#### **Artigo 17.º**

##### **Mesa da Convenção e do Conselho Nacional**

1 - A Mesa da Convenção e do Conselho Nacional é composta pelo Presidente, dois Vice-Presidentes, e dois Secretários, eleitos na Convenção Nacional em lista fechada.

2 - A candidatura à Mesa da Convenção e do Conselho Nacional é apresentada em lista fechada pelo candidato a Presidente da Mesa da Convenção e do Conselho Nacional.

(novo)

3 - Compete à Mesa da Convenção e do Conselho Nacional a direção dos trabalhos da Convenção Nacional e do Conselho Nacional.

#### **Artigo 18.º**

##### **Conselho Nacional**

2 - São competências específicas do Conselho Nacional:

g) Eleger o substituto de qualquer dos titulares da Mesa da Convenção Nacional e da Direção Nacional, no caso de vacatura do cargo ou de impedimento prolongado, sob proposta do respetivo órgão.

**Artigo 19.º**  
**Conselho Nacional — Composição**

O Conselho Nacional é o órgão deliberativo do Partido entre Convenções e tem a seguinte composição:

b) Os membros da Mesa do Conselho Nacional;

**Artigo 20.º**  
**Mesa e Reuniões**

1 - A Mesa do Conselho Nacional é composta por um Presidente, dois Vice-Presidentes e dois Secretários;

**Artigo 21.º**  
**Direção Nacional**

1 - A Direção Nacional é o órgão responsável pela implementação e execução da estratégia política do Partido definida em Convenção Nacional, bem como pela fiscalização política das atividades dos órgãos nacionais e regionais do Partido, competindo-lhe especialmente:

j) Aprovar os critérios para a elaboração das listas de deputados à Assembleia da República, nos termos do regulamento.

**Artigo 23.º**  
**Presidente da Direção Nacional**

1 - Compete ao Presidente da Direção Nacional:

g) Eleger o substituto de qualquer dos titulares dos órgãos nacionais, no caso de vacatura do cargo ou de impedimento prolongado, proposto pela Direção Nacional.

**Artigo 19.º**  
**Conselho Nacional — Composição**

O Conselho Nacional é o órgão deliberativo do Partido entre Convenções e tem a seguinte composição:

b) Os membros da Mesa da Convenção e do Conselho Nacional;

(novo)

f) O Secretário-Geral e o Secretário-Geral Adjunto;

**Artigo 20.º**  
**Mesa e Reuniões**

1 - Compete à Mesa da Convenção e do Conselho Nacional a direção dos trabalhos do Conselho Nacional;

**Artigo 21.º**  
**Direção Nacional**

1 - A Direção Nacional é o órgão responsável pela implementação e execução da estratégia política do Partido definida em Convenção Nacional, bem como pela fiscalização política das atividades dos órgãos nacionais e regionais do Partido, competindo-lhe especialmente:

j) Aprovar, sem carácter vinculativo, os critérios para a elaboração das listas de deputados à Assembleia da República

**Artigo 23.º**  
**Presidente da Direção Nacional**

1 - Compete ao Presidente da Direção Nacional:

(novo)

d) Decidir, ouvida a Direção Nacional, sobre as listas de candidatos a deputados na Assembleia da República e sobre o apoio formal a qualquer candidatura à Presidência da República.



e) Indicar os candidatos em qualquer ato eleitoral em que o Partido apresente ou apoie candidatura, bem como indicar os mandatários das respetivas candidaturas.

(novo)

#### **Artigo 24.º A** **Secretário-Geral**

1- O Secretário-Geral é nomeado diretamente pelo Presidente da Direção Nacional e compete-lhe representar o Presidente junto das estruturas regionais, distritais e locais do Partido, bem como assumir a gestão corrente do mesmo nos seus diversos aspetos administrativo, jurídico, financeiro e institucional.

2 - O Secretário-Geral será coadjuvado, nas suas funções, pelo Secretário-Geral Adjunto, também nomeado pelo Presidente do Partido.

3 - O Presidente da Direção Nacional pode nomear até dois militantes para a função de Secretário-Geral e até quatro para a função de Secretário-Geral Adjunto.

4 - O Secretário-Geral participa, sem direito a voto, nas reuniões da Direção Nacional.

(novo)

#### **Artigo 24.º B** **Comissão Política Nacional**

1- A Comissão Política Nacional será integralmente nomeada pelo Presidente do Partido e será composta por um número máximo de 25 membros de prestígio da sociedade civil, com as seguintes competências:

a) Aconselhar a Direção Nacional em matéria de orientação política geral;

b) Sugerir tomadas de posição de natureza política, interna ou externa;

c) Ser ouvida pelo Presidente do Partido sempre que o contexto político o justifique e aquele o entenda necessário.

2- A Comissão Política Nacional tem um Coordenador Nacional que preside às reuniões, exceto quando o Presidente do Partido esteja presente.



**Artigo 26.º**  
**Composição do Conselho de Jurisdição**  
**Nacional**

5- Das decisões do Conselho de Jurisdição cabe sempre recurso para os Tribunais e nada nos presentes Estatutos e demais regulamentação interna poderá limitar o acesso aos Tribunais por parte dos órgãos do CHEGA, dos militantes e dos simpatizantes.

**Artigo 29.º**  
**Secções Locais**

2 - A nível local, o CHEGA far-se-á representar e concentrará a sua atividade nas denominadas Secções Locais

**Artigo 30.º**  
**Secções Distritais**

2 - A nível distrital, o CHEGA far-se-á representar nas denominadas Secções Distritais, que terão estatutos próprios.

**Artigo 32.º**  
**Receitas e Financiamento partidário**

1 - São receitas próprias do Partido “CHEGA”

3- Poderá haver lugar a estruturas idênticas de natureza distrital, desde que aprovadas pelo órgão diretivo da Secção Distrital.

**Artigo 26.º**  
**Composição do Conselho de Jurisdição**  
**Nacional**

5 - Das decisões do Conselho de Jurisdição cabe sempre recurso para os Tribunais e nada nos presentes Estatutos e demais regulamentação interna poderá limitar o acesso aos Tribunais por parte dos órgãos do CHEGA e dos militantes.

**Artigo 29.º**  
**Secções Concelhias**

2 - A nível local, o CHEGA far-se-á representar e concentrará a sua atividade nas denominadas Secções Concelhias que têm base municipal.

**Artigo 30.º**  
**Secções Distritais**

2 - A nível distrital, o CHEGA far-se-á representar nas denominadas Secções Distritais, que terão regulamentação própria.

**Artigo 32.º**  
**Receitas e Financiamento partidário**

1 - São receitas próprias do Partido “CHEGA”

(novo)

d) O produto de ações de angariação de fundos;  
e) As demais previstas na lei.

(novo)

**Artigo 14º A**  
**Vacatura**

1 - Em caso de vacatura de órgão regional, distrital ou concelhio, compete ao órgão de igual natureza e âmbito territorial superior, exercer as suas funções até à tomada de posse dos novos membros eleitos.

2 - Verifica-se vacatura do órgão quando, após a cessação de funções por qualquer causa, incluindo o prazo máximo dos mandatos, decorram 60 dias sem que novo ato eleitoral haja sido convocado ou 30 dias sem que haja tomada de posse dos novos órgãos eleitos.

**Artigo 33.º**  
**Legitimidade Eleitoral**

Serão elegíveis para os diversos órgãos do CHEGA todos os militantes regularmente inscritos no momento da convocatória para o respetivo ato eleitoral.

**Artigo 34.º**  
**Vigência e Extinção**

**Artigo 33.º**  
**Legitimidade Eleitoral**

Serão elegíveis para os diversos órgãos do CHEGA todos os militantes regularmente inscritos e com quotas pagas ao momento da convocatória para o respetivo ato eleitoral.

**Artigo 34.º**  
**Vigência e Extinção**

(novo)

5 - Até ao averbamento de alterações aprovadas aos Estatutos pelo Tribunal Constitucional, os órgãos nacionais são compostos pelos primeiros das listas apresentadas, cabendo ao Conselho Nacional ratificar qualquer ato eleitoral após o referido averbamento.

(novo)

**Artigo 14º B**  
**Inviolabilidade dos Mandatos**

1 - A perda de mandato para órgão do Partido apenas pode ser decidida em sede de processo conduzido pelo Conselho de Jurisdição ou por decisão nos termos destes Estatutos, e de acordo com regulamentação em vigor.

2 - Além do disposto nestes Estatutos, bem como nos casos especialmente previstos em regulamento, pode a Direção Nacional proceder à suspensão de exercício de funções dos órgãos regionais, distritais ou concelhios, ou dos seus titulares.

3 - Em casos excecionais de insubordinação e nos termos dos presentes Estatutos, pode a Direção Nacional ou o seu Presidente propor ao Conselho Nacional a suspensão ou cessação imediata de funções de qualquer órgão nacional ou algum dos seus membros, mediante proposta fundamentada ao Conselho Nacional, que deverá ser aprovada pela maioria dos seus membros.

(novo)

**Artigo 14º C**  
**Incompatibilidades e impedimentos**

1 - Salvo as exceções expressamente previstas nos Estatutos ou em Regulamentos, nenhum militante pode acumular mais do que um cargo, de nomeação ou eletivo, no partido.

2 - Não são admissíveis como candidatos a atos

eleitorais pelo Partido em eleições europeias, nacionais, regionais e autárquicas, quem tenha sido condenado, com trânsito em julgado, pela prática dos seguintes crimes:

a) Crimes contra a vida, previstos no capítulo I, título I do Livro II do Código Penal;

b) Crimes contra a integridade física, com exceção do crime de ofensa à integridade física negligente, do crime de participação em rixa e do crime de violação de regras de segurança, previstos no capítulo III, título I do Livro II do Código Penal;

c) Crimes contra a liberdade pessoal, previstos no capítulo IV, título I do Livro II do Código Penal;

d) Crimes contra a liberdade e autodeterminação sexual, com exceção do crime de importunação sexual, previstos no capítulo V, título I do Livro II do Código Penal;

e) Crimes contra a propriedade, previstos no capítulo II, título II do Livro II do Código Penal;

f) Crimes contra o património em geral, previstos no capítulo III, título II do Livro II do Código Penal;

g) Crimes contra o sector público ou cooperativo agravados pela qualidade do agente, previstos no capítulo V, título II do Livro II do Código Penal;

h) Crimes contra a identidade cultural e integridade pessoal, previstos no título III do Livro II do Código Penal;

i) Crimes de falsificação, previstos no capítulo II, título IV do Livro II do Código Penal;

j) Crimes de incêndios, explosões e outras nem condutas especialmente perigosas, energia nuclear, incêndio florestal e corrupção de substâncias alimentares ou medicinais, previstos no capítulo III, título IV do Livro II do Código Penal;

k) Crimes contra a segurança das comunicações, com exceção dos crimes de condução perigosa de veículo rodoviário e do crime de condução de veículo em estado de embriaguez ou sob a influência de estupefacientes ou substâncias psicotrópicas, previstos no capítulo IV, título IV do Livro II do Código Penal;

l) Crimes eleitorais, previstos na secção III, capítulo

I, título V do Livro II do Código Penal;

m) Crimes da tirada e evasão de presos e do não cumprimento de obrigações impostas por sentença criminal, previstos na secção II, capítulo II, título V do Livro II do Código Penal;

n) Crimes cometidos no exercício de funções públicas, previstos no capítulo IV, título V do Livro II do Código Penal;

o) Crimes de tráfico, branqueamento e outras infrações, previstos no capítulo III da legislação de combate à droga, DL n.º 15/93, de 22 de Janeiro;

p) Crimes de responsabilidade criminal e crimes de perigo comum previstos na secção I, capítulo X do regime jurídico das armas e suas munições, lei n.º 5/2006, de 23 de Fevereiro;

q) Crimes previstos no capítulo II da responsabilidade penal por crimes de corrupção no comércio internacional e na atividade privada, lei n.º 20/2008, de 21 de Abril;

r) Crimes tributários comuns, crimes aduaneiros e crimes fiscais, previstos nos capítulos I, II, III e IV do título I da parte III do regime geral para das infrações tributárias, com exceção do crime de abuso de confiança e do crime de abuso de confiança contra a segurança social.

3 – Não são admissíveis como candidatos a atos eleitorais a órgãos nacionais, regionais, distritais ou locais do Partido, quem tenha sido condenado, com trânsito em julgado, pela prática dos crimes previstos no número anterior.

4 – Qualquer membro de um órgão do partido, eleito ou nomeado, que seja condenado com trânsito em julgado pela prática dos crimes previstos no nº 2, deve ser exonerado do cargo.

5 - O disposto nos números anteriores é aplicável perante a prática de crimes equivalentes aos tipificados no número 2 ainda que as decisões transitadas em julgado sejam emanadas por tribunais estrangeiros.